

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Impasse bilionário2

Correio Braziliense

Título: Troca de ministros para as eleições 15

Título: Não resta alternativa a não ser privatizar 19

Valor Econômico

Título: Aliados rejeitam nomes para Fazenda 26

Sumário

VEÍCULO: O Globo2

Título: Impasse bilionário 2

Título: Tema em debate :: Reformulação do Repetro 1 5

Título: Tema em debate :: Reformulação do Repetro 2 6

Título: Empoderamento 8

Título: Números da Eletrobras 8

Título: Eletrobras lança plano de demissão para 3 mil funcionários 8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo9

Título: Odebrecht ganha contrato de R\$ 578 mi com Furnas 9

Título: Coreia do Sul e EUA selam acordo sobre aço 10

Título: Pegando carona 11

Título: Eletrobrás lança PDV para cortar 3 mil 11

VEÍCULO: Folha de S. Paulo13

Título: TCU retoma processo que julgará inidoneidade de Andrade Gutierrez 13

VEÍCULO: Correio Braziliense	15
Título: Troca de ministros para as eleições	15
Título: Eletrobrás abre novo PDV para afastar 3 mil	17
Título: Não resta alternativa a não ser privatizar	19
Título: Muitas razões para uma gestão privada	22
VEÍCULO: Valor Econômico	24
Título: Fundos vão financiar uso de energia solar com R\$ 3,2 bi	24
Título: Aliados rejeitam nomes para Fazenda	26
Título: Acordo renegociado entre EUA e Coreia do Sul prevê cota para aço	27
Título: Destaques	29
Título: Eletrobrás prevê 3 mil adesões em PDV	30
Título: ABB e Copel inauguram eletrovia no Paraná hoje	32
Título: Saúde e energia devem puxar receita da GE na América Latina	33
Título: Americana pode entrar em projetos de geração	35
Título: Destino de petróleo e gás ainda é incerto	36
Título: CSN reverte prejuízo e tem lucro de R\$ 111 milhões em 2017	37

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa

Título: Impasse bilionário

Proposta da Alerj de limitar isenção fiscal do setor de petróleo prejudica leilão da ANP.

O impasse em torno da adesão do Estado do Rio ao Repetro — regime tributário especial que isenta de impostos a aquisição de equipamentos, no país e no exterior, para a indústria do petróleo — preocupa o setor às vésperas da 15ª rodada de concessões da Agência Nacional do Petróleo (ANP), marcada para a próxima quinta-feira. Iniciativas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio

(Alerj) propõem limitar a renúncia fiscal para investimentos do setor, contrariando a recente adesão do governo estadual ao Repetro. O embate entre Executivo e Legislativo no Rio poderá se refletir não apenas no resultado do leilão, mas principalmente no desenvolvimento da indústria fluminense de bens e serviços para o setor petrolífero.

Embora outros estados produtores de petróleo, como São Paulo e Espírito Santo, já tenham aderido à renovação antecipada do Repetro, reduzindo de 18% para 3% a incidência de ICMS na aquisição e importação de equipamentos utilizados durante as fases de exploração e produção de petróleo, o Rio ainda não tem definição para o impasse com a Alerj. Como dificilmente haverá solução até o dia do leilão, que ofertará áreas no litoral fluminense, executivos do setor alertam que petroleiras poderão transferir suas bases a outros estados e encomendar equipamentos fora do Rio. A Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan) estima que cerca de cem mil empregos estão em risco.

O governo do Rio formalizou, em 5 de fevereiro deste ano, a adesão ao Repetro, prorrogado até 2040 pelo governo federal no fim de 2017. No entanto, o decreto foi questionado três dias depois pelo deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha, líder do PSDB na Alerj. Ele propôs um decreto legislativo para sustar os efeitos da adesão, alegando que a crise das contas estaduais não recomenda a renúncia fiscal.

— Estamos esticando a corda na área do petróleo. Não há garantias de que esses investimentos serão feitos no Rio. Demos vários benefícios para o Comperj, e ainda não houve retorno. A partilha concede óleo-lucro para a União e sobra pouco para o Rio. As Bacias de Campos e de Santos são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio. Queremos o Repetro, mas queremos incluir a defesa de alguns pontos relativos a óleo e gás em que o Estado foi profundamente prejudicado pela Petrobras e outras, assim como pela União — diz Luiz Paulo. — O governo estadual deveria ter enviado um projeto de lei para a Alerj em vez de publicar um decreto.

DECRETO ESTÁ NA PAUTA DE AMANHÃ DA ALERJ

O decreto legislativo de Luiz Paulo está pautado para ser votado amanhã, um dia antes do certame da ANP. Isso porque o governo estadual não enviou, até a última sexta-feira, um projeto de lei como pediram os deputados, justifica André Ceciliano (PT), presidente em exercício da Alerj. Ele também é o autor de um projeto que limita a isenção do ICMS prevista no Repetro apenas à fase de exploração dos campos. Na proposta dele, as petroleiras pagariam 20% do ICMS na aquisição de equipamentos para a fase de desenvolvimento e produção, justamente a que mais demanda esse tipo de investimento.

Segundo Ceciliano, os deputados estaduais aceitam dialogar sobre alguns pontos, como a extensão do Repetro para campos maduros e para as empresas fornecedoras já instaladas no Rio.

— Esse percentual de ICMS pode ser negociado com o governo do Estado. O Rio já perdeu em 1988, quando a cobrança do ICMS no setor (de petróleo) passou a ser no destino e não na origem. Se abrirmos mão de tudo, a gente vai perder muito — afirma Ceciliano. — Estamos debatendo com todos. O que não pode ter é ameaça, como estão fazendo as petroleiras. Não queremos dar isenção de ICMS para as empresas que vão trazer equipamento do exterior para a fase de desenvolvimento.

Do outro lado, o secretário estadual da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, Christino Áureo, diz que o governo pode enviar um novo projeto de lei para a Alerj, mas mantendo as condições já feitas no decreto que formalizou a adesão do Rio ao Repetro, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz): — Vamos analisar a possibilidade de encaminhar um projeto de lei, mas será a mesma coisa. Não adianta desconfigurar o que já está acertado. O Repetro é importante para confirmar o Rio como destino de investimentos. Não podemos correr o risco de rediscutir. Se isso ocorrer, o setor vai judicializar (a questão), pois há um entendimento de que isso foi definido em legislação federal.

Segundo a gerente de Petróleo, Gás e Indústria Naval da Firjan, Karine Fragoso, há no Rio cerca de 600 fornecedores do setor. Ela estima que a limitação do Repetro levaria muitos deles a migrar para outros estados, ameaçando até cem mil vagas: — O impacto na economia do Rio é muito grande. Com a retomada das atividades no setor do petróleo, o Rio tem mais uma chance de ser protagonista, colhendo os benefícios do desenvolvimento.

Para um executivo de uma petroleira habilitada para o leilão, se o Rio não aderir ao Repetro, o resultado da 15.a rodada poderá ser prejudicado. Um bloco menos rentável nas bacias de Campos ou Santos pode não ser arrematado com a redução dos lances para compensar eventual aumento de custos tributários nos investimentos.

— Se até o leilão o tema não for resolvido, vai trazer insegurança para o investidor — diz a fonte.

Décio Oddone, diretor-geral da ANP, estima que serão arrecadados cerca de R\$ 3,5 bilhões na 15.a Rodada e na 4.a do pré-sal, em junho, que podem resultar em investimentos potenciais no país — boa parte no Rio — de US\$ 66 bilhões em 35 anos de duração das concessões.

— A aprovação do Repetro é importantíssima para a retomada de investimentos na indústria local. O Estado do Rio já sofreu muito. A Bacia de Campos ficou dez anos sem oferta de áreas exploratórias. Espero que possamos continuar atraindo investimentos — destaca Oddone.

Ontem, o **ministro das Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, disse esperar que o Rio defina logo sua adesão ao Repetro: — Espero que não afete o interesse no leilão. A gente está muito focado, o governo federal tem interface com o do Rio, sabemos da importância (do Repetro). A gente precisa continuar a mandar sinais contínuos de aprimoramento para que investimentos possam continuar acontecendo.

Cláudio Makarovsky, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro), diz estar preocupado: — O fim das incertezas em relação ao Repetro, que é a cereja do bolo, é fundamental para atrair esses investimentos.

O secretário executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), Antonio Guimarães, lembra que o setor vai gerar no país 250 mil empregos nos próximos anos, dos quais cerca de 120 mil no Rio, por conta dos principais campos do pré-sal: — Confio que a Alerj vai tomar as decisões para não trazer incertezas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: André Ceciliano

Título: Tema em debate :: Reformulação do Repetro (1)

Perda de arrecadação

Como dizia John Rockefeller, fundador da primeira petrolífera americana, “o melhor negócio do mundo é uma empresa de petróleo bem administrada, e o segundo melhor é uma empresa de petróleo mal administrada”. Com isenções de impostos a perder de vista, então, vira um negócio da China.

O Repetro — regime aduaneiro especial de importação e exportação de bens na exploração e produção de petróleo e gás natural — é, de fato, ótimo para os estrangeiros. Reeditado no fim do ano passado a partir da aprovação pela Câmara Federal da Medida Provisória 795/2017, a chamada MP do Trilhão, estende as isenções até 2040, favorecendo ainda mais as importações de bens e equipamentos, em detrimento da indústria nacional.

O Rio de Janeiro não precisa estar no Repetro, porque já oferece uma série de mecanismos de isenções para a cadeia de petróleo, gás, e indústria naval. São

21 dispositivos, dentre eles, o que desonera do ICMS as aquisições de insumos e materiais para construção de embarcações, bem como para construção de plataformas petrolíferas destinadas à exploração, perfuração e produção de petróleo, garantido pelo decreto estadual 25.403/99.

Somente a Petrobras, em 2014, segundo estudo do Tribunal de Contas do Estado (TCE), se beneficiou de 22 instrumentos (convênios, decretos de isenções e leis de incentivos), inclusive o Repetro que estava em vigor no estado, deixando de pagar R\$ 3,2 bilhões ao Rio. Em 2015, a perda com a desoneração foi de R\$ 3,5 bi e, no ano seguinte, o estado abriu mão de R\$ 4 bilhões em arrecadação.

Quando foi implantado, em 1999, o Repetro tinha um objetivo específico: atrair investidores estrangeiros do setor petrolífero para o país. Na época, com o fim do monopólio estatal e a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), os leilões para exploração de petróleo estavam só começando, e os campos não tinham sido totalmente mapeados. O preço do barril — apenas US\$ 16 — representava um investimento de risco.

Agora, não mais. A reformulação do Repetro, conforme prevê o projeto de lei 3660/17 — de minha autoria, restringindo o benefício à fase exploratória e limitando-o na etapa de produção apenas aos campos maduros da Bacia de Campos — é fundamental para o Estado do Rio de Janeiro. Outro avanço nesta proposta é garantir o regime especial integral somente às indústrias instaladas no estado.

O próprio fato de o Rio concentrar 68% das reservas de petróleo do país já se torna atraente. O óleo é nosso, e não será o Repetro, da forma como foi reeditado pela União um fator determinante, para que as empresas continuem investindo aqui.

André Ceciliano (PT) é presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Rio

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Aluizio Dos Santos Júnior

Título: Tema em debate :: Reformulação do Repetro (2)

Petróleo que vira infortúnio

Há quem diga que, infelizmente, o Brasil não perde uma oportunidade de perder uma boa oportunidade. Apesar de achar a máxima de extrema

intensidade, sou obrigado a concordar que, em relação ao Estado do Rio de Janeiro, me parece verdade absoluta.

Nas últimas décadas, o estado pôde desfrutar da concentração quase exclusiva da indústria de óleo e gás na região, em cidades como Macaé, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras, se consagrando como o grande produtor de petróleo: 84% da produção nacional. Nesse mesmo período, o nosso estado dava as regras e faturava vultuosas quantias de participações governamentais. Vivíamos a era dos royalties.

Mas as coisas mudaram em caráter definitivo diante da tríade pré-sal (Bacia de Santos), queda do preço do barril e a Lava-Jato. Temas como competitividade, eficiência e segurança jurídica dominaram o cenário da indústria que, de uma vez por todas, se cansou de se submeter a caprichos políticos. Nos últimos dois anos, grandes mudanças aconteceram e tornaram o mercado brasileiro novamente interessante.

Caiu por terra o operador único, foi retomada a rodada dos leilões, houve a flexibilização do conteúdo local, devolveu-se à Petrobras uma diretoria técnica e definitivamente competente, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis foi despolitizada, e o Repetro (regime especial de tributação para a indústria do petróleo) foi prorrogado em nível nacional.

Ou seja, tudo pronto para voltar a atividade de exploração e produção de petróleo no estado, dando a largada para reverter o desemprego e sair do atoleiro. Tudo parecia estar no caminho certo. Entretanto, quando menos se esperava, a Alerj resolveu reverter todo esse cenário.

Colocou em pauta uma lei exclusiva do Repetro, uma verdadeira jabuticaba carioca, e não fluminense, visto que os municípios que produzem petróleo estão contra a mudança proposta pela casa legislativa. Trocando em miúdos, estamos definitivamente entregando de mão beijada para o estado de São Paulo 30% do PIB do Rio, mais de cem mil postos de trabalho e a certeza de que petróleo não é maldição nem redenção, somente mais uma atividade econômica que o estado desperdiça.

Nesse cenário, o estado deixa de atrair investimentos de empresas e perde aproximadamente R\$ 409 bilhões em arrecadação de royalties e participações especiais. Com a perda de empregos, deixa de gerar também R\$ 8 bilhões de renda por ano. Não podemos esquecer a importância do Rio para os mercados de petróleo e gás natural no país: mais de 80% das reservas provadas de petróleo e 55% de gás estão em território fluminense. Se a Alerj avançar, o petróleo será infortúnio para nós, fluminenses.

Aluizio dos Santos Júnior é prefeito de Macaé

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Empoderamento

O novo Conselho de Administração da Petrobras terá três mulheres. Hoje, só tem uma.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Números da Eletrobras

De 2012 a 2015, a Eletrobras acumulou prejuízo de R\$ 30,6 bilhões, segundo a consultoria Economática. Esse rombo é maior do que todo o lucro que a empresa gerou entre 2002 e 2017. A capacidade de investimento também caiu nos últimos anos, de R\$ 11 bilhões em 2014 para R\$ 3,7 bilhões até o terceiro trimestre do ano passado. Esse é um dos motivos para o governo defender a privatização. Ontem, as ações saltaram na bolsa após o anúncio de um Plano de Demissão Consensual.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Eletrobras lança plano de demissão para 3 mil funcionários

A Eletrobras lançou ontem um Plano de Demissão Consensual (PDC), de acordo com as novas normas da legislação trabalhista, em meio a um processo de privatização da companhia cujo projeto está sendo avaliado no Congresso Nacional.

A meta da Eletrobras é o desligamento de três mil colaboradores em todas as empresas, o que vai representar uma economia de cerca de R\$ 890 milhões ao ano.

O plano, que está sendo implantado simultaneamente nas empresas Cepel, CGTEE, Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Amazonas GT, Eletrosul e Furnas, além da própria holding, teve aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), afirmou a companhia em nota.

A adesão dos empregados se dará até o dia 27 de abril, e os desligamentos ocorrem em oito turmas de 30 de maio até 14 de dezembro de 2018. São elegíveis ao plano funcionários que tenham, no mínimo, dez anos de vínculo empregatício com a empresa, no momento do desligamento, considerando o limite de 14 de dezembro de 2018; ou anistiados e reintegrados à companhia por meio da Comissão Especial Interministerial de Anistia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Odebrecht ganha contrato de R\$ 578 mi com Furnas

Acordo, assinado no último dia 19 e informado ontem no 'Diário Oficial', vem em momento de dificuldades do grupo.

A estatal Furnas, subsidiária da Eletrobrás, assinou contrato de R\$ 578,7 milhões com empresas do grupo Odebrecht para aumento da capacidade da termelétrica Santa Cruz, no Rio de Janeiro, segundo informações da empresa e do Diário Oficial da União de ontem.

O negócio, conquistado em licitação, vem no momento em que a Odebrecht é pressionada por credores em meio a dificuldades financeiras decorrentes do envolvimento da companhia na Operação Lava Jato. Segundo Furnas, a Odebrecht Engenharia e Construção Internacional e sua subsidiária CBPO Engenharia formam o consórcio contratado para a obra, que envolverá a implantação de ciclo combinado na unidade.

A assinatura do contrato aconteceu em 19 de março. Segundo o Diário Oficial, o contrato com o consórcio da Odebrecht terá prazo de 58 meses. O negócio com a estatal não sofre restrições porque a Odebrecht não foi considerada inidônea pelas autoridades brasileiras, o que vedaria sua contratação por agentes públicos. Furnas disse que a contratação envolveu uma concorrência e que as empresas da Odebrecht apresentaram o menor preço.

A Santa Cruz opera atualmente com 350 megawatts em capacidade, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O fechamento do chamado ciclo combinado na usina deve garantir uma potência final de pelo menos 507 megawatts.

Atraso.

A operação do ciclo combinado na termoeletrica foi permitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2002, com previsão de operação em 2006.

Depois, Furnas ganhou prazo até o fim de 2014 para entregar as obras, mas o cronograma também não foi cumprido. O atraso levou a Aneel a multar a empresa em quase R\$ 1 milhão em 2015, infração já paga pela estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cláudia Trevisan

Título: Coreia do Sul e EUA selam acordo sobre aço

Foi o primeiro acordo fechado pelos americanos neste caso; coreanos vão limitar exportações a 70% das vendas realizadas nos últimos 3 anos.

A Coreia do Sul concordou ontem em limitar suas vendas de aço para os Estados Unidos a 70% da média registrada nos últimos três anos, com o objetivo de escapar da tarifa de 25% sobre a importação do produto adotada pela administração Donald Trump.

O país foi o primeiro a fechar acordo sobre o assunto e o resultado pode ser uma indicação das demandas que serão feitas por Washington na negociação com outros governos, entre os quais o do Brasil. “Os EUA vão exigir limites às exportações dos países que foram temporariamente isentos da tarifa. A questão é como isso será feito caso a caso”, disse Monica de Bolle, do Peterson Institute for International Economics.

Em sua avaliação, a posição do Brasil é frágil, em razão das recomendações apresentadas pelo Departamento do Comércio ao fim da investigação relativa ao impacto das importações sobre a segurança nacional dos EUA. Entre as medidas sugeridas pela decisão estava a imposição de tarifa de 53% a 12 países, entre os quais o Brasil.

Sem modelo. Uma fonte do governo brasileiro que acompanha o assunto disse que o acordo fechado pela Coreia do Sul não pode ser visto como um modelo para todas as outras negociações. Segundo a mesma fonte, o Brasil tem a seu favor o fato de ter déficit comercial com os Estados Unidos e exportar ao país aço semiacabado, que é finalizado por siderúrgicas americanas.

Além disso, é o principal destino das vendas externas de carvão siderúrgico pelos EUA. A solução para a Coreia do Sul foi encontrada no âmbito da renegociação do acordo de comércio bilateral que havia sido fechado na gestão de Barack Obama. Trump criticava os seus termos desde a campanha e exigia sua revisão.

Monica afirmou que a redução das exportações anuais de aço de 3,4 milhões de toneladas para 2,8 milhões de toneladas foi o preço pago pela Coreia do Sul para manter o tratado com os EUA sem alterações profundas. Em outra concessão, o país asiático concordou em aumentar o acesso de carros americanos a seu mercado. “O Brasil não tem nada a oferecer em troca (da isenção)”, observou Monica.

O secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, disse que a negociação com a Coreia do Sul é uma indicação do sucesso da aplicação do princípio “América em Primeiro Lugar” ao comércio internacional. “Eu acho que a estratégia está funcionando”, declarou em entrevista à Fox News. “Nós anunciamos a tarifa. Nós dissemos como procederíamos.

Mas, de novo, nós dissemos que negociaríamos de maneira simultânea.” Adotada na semana passada, a isenção da tarifa ficará em vigor até o fim de abril, quando todos os países abrangidos pela medida deverão concluir suas negociações com os EUA.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Pegando carona

A nova política de reajustes de preços da Petrobrás tem sido uma bandeira dos distribuidores de gás canalizado para incentivar o uso de gás nos veículos. A Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) mostra que a gasolina teve uma variação de 18,9% entre julho do ano passado a março deste ano, ao passo que o Gás Natural Veicular (GNV) subiu, no mesmo intervalo, 7,3%. No ano passado, 130 mil veículos foram convertidos para o GNV, crescimento de 33% em relação ao visto um ano antes. Hoje, o Brasil tem dois milhões de carros convertidos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Eletrobrás lança PDV para cortar 3 mil

É o segundo programa de demissão voluntária da estatal em menos de um ano com objetivo de enxugar o quadro para a privatização.

A Eletrobrás lançou ontem o segundo plano de demissão voluntária da gestão do atual presidente, Wilson Ferreira Júnior, com o objetivo de preparar a empresa para ser privatizada no segundo semestre deste ano. É o primeiro plano de demissão voluntária em massa após a nova lei trabalhista, implantada em novembro do ano passado.

O Plano de Demissão Consensual (PDC) anunciado pela estatal tem menos vantagens do que o anterior, lançado em meados de 2017, mas é melhor do que determina a nova lei trabalhista. O objetivo é conseguir a adesão de 3 mil funcionários e com isso obter economia anual de R\$ 890 milhões, informou a estatal.

A redução a tornaria mais enxuta e atraente ao mercado para uma futura oferta de ações. Atualmente, excluindo as seis distribuidoras que serão vendidas em abril e a Hidrelétrica Binacional Itaipu – subsidiárias não incluídas no novo plano –, a Eletrobrás tem 16 mil empregados. No Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE), lançado em maio de 2017, a empresa conseguiu a adesão de 2.108 funcionários.

A economia anual foi de R\$ 880 milhões, metade do que tinha planejado. Na avaliação do diretor da Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel), Emanuel Mendes, o novo plano deve ter uma adesão mais baixa. Desta vez, o resultado poderá ser ainda pior, “O plano de incentivo é muito fraco. Os empregados mais antigos já saíram e os mais jovens não vão querer sair com esse incentivo”, disse.

Enquanto o primeiro plano ofereceu uma indenização mínima de R\$ 175 mil a cada empregado, o novo plano reduziu o piso para R\$ 130 mil. As outras vantagens são bem parecidas com as do primeiro plano, apesar da nova lei trabalhista, mas não suficientes para fazer funcionários mais novos deixarem o emprego em meio à crise que o País está vivendo, disse o diretor.

Pela nova lei, a Eletrobrás teria o direito de pagar apenas 20% de multa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e pagar aviso prévio referente a 15 dias. Para incentivar a adesão, a estatal manteve o pagamento da multa sobre o FGTS em 40%, como era antes da nova lei, e vai pagar 100% de aviso prévio, e não os 50% permitidos por lei desde novembro.

Além do FGTS e aviso prévio, os empregados que aderirem ao PDC terão garantia de 60 meses de assistência médica.

Na Justiça.

De acordo com a nova legislação trabalhista, as demissões não precisam ser homologadas no sindicato. Para o consultor e advogado trabalhista Vitor Farjalla, isso pode ser um problema no futuro. “A empresa não vai ter a proteção da lei se o sindicato não participar do ato jurídico das demissões”, disse.

“Os empregados podem entrar na Justiça e reivindicar mais direitos.” A falta de obrigatoriedade de acordo com o sindicato também foi apontada pela advogada responsável pela área trabalhista do escritório Schmidt Valois, Fernanda Leite, como um das principais diferenças com a antiga lei. Para ela, no entanto, ao contrário de Farjalla, a partir do momento que o empregado faz a adesão está concordando com as novas regras.

“Um empregado com mais de 10 anos de casa poderia gerar reclamações mais expressivas para a empresa, mas com a possibilidade de rescisão contratual consensual, não vejo nenhuma ilegalidade”, afirmou. Ressaltou, porém, que a questão ainda gera controvérsias. “Somos contra esse plano porque faltou debate com os empregados”, afirmou Emanuel Mendes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIO WIZIACK DE BRASÍLIA

Título: TCU retoma processo que julgará inidoneidade de Andrade Gutierrez

Tribunal volta a tratar do caso da usina nuclear de Angra 3, em que identificou cartel e sobrepreço

Odebrecht e Camargo Corrêa, que também participaram da obra, conseguiram avançar nas negociações

O Tribunal de Contas da União (TCU) retoma nas próximas semanas julgamento do caso da usina nuclear de Angra 3 que coloca a construtora Andrade Gutierrez na mira de um processo de inidoneidade, que a proibiria de contratar com o poder público por até cinco anos.

Construída por um consórcio liderado por Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, a obra foi auditada pelo tribunal que, em março do ano passado, condenou as empresas a ressarcirem a União em R\$ 1,6 bilhão.

O tribunal, no entanto, suspendeu os efeitos da inidoneidade até que as empreiteiras refizessem um acordo de leniência com o Ministério Público

Federal. Nesse novo arranjo, elas deveriam confessar o superfaturamento nas obras auditadas pelo TCU —o que elas sempre negaram.

Desde 2016, quando passaram a negociar a leniência com a Procuradoria, as empresas admitiram a formação de cartel nas licitações, mas não o sobrepreço nos contratos, cujos valores foram definidos pela União.

Além disso, as três construtoras acreditavam que, mesmo declaradas inidôneas pelo TCU, poderiam reverter a decisão no STF (Supremo Tribunal Federal).

Mas, no final do ano passado, o Supremo negou uma liminar que blindaria a Andrade Gutierrez caso Angra 3 fosse retomada pelo TCU.

Em fevereiro deste ano, advogados da Odebrecht e da Camargo Corrêa estiveram com ministros do TCU e com o procurador do Ministério Público Federal de Contas para entregar documentos que atenderiam ao pleito do TCU. Foram, então, orientados a se apresentarem ao Ministério Público, à AGU (Advocacia-Geral da União) e ao Ministério da Transparência.

Com a mudança de estratégia das duas empreiteiras, as negociações por uma leniência ampla foram destravadas. A Odebrecht é a que está mais avançada nas conversas e um acordo pode ser assinado nas próximas semanas, segundo pessoas que participam das conversas. Os valores finais ainda não foram pactuados. A Andrade ficou isolada nas negociações. Com isso, está potencialmente fragilizada no STF e vulnerável à ação do TCU.

Com o avanço da leniência da Odebrecht e da Camargo Corrêa com os três órgãos de controle, aumenta a chance de que a Andrade seja declarada inidônea pelo TCU.

Isso porque o tribunal ficará mais confortável para pautar o processo, o que pode ocorrer assim que a Odebrecht assine a leniência.

Na avaliação de ministros do TCU, sem esse acordo, a declaração de inidoneidade das empresas iria parecer retaliação à Andrade Gutierrez e poderia levar a uma decisão do Supremo a seu favor.

O TCU não participa das negociações da leniência, mas fez recomendações aos órgãos de controle para que as empresas entregassem provas de superfaturamento nas obras auditadas.

Elas também poderão apresentar um modelo de cálculo para o ressarcimento dos danos causados ao erário — além dos valores já acertados na celebração do acordo com a Procuradoria.

Caso contrário, o tribunal poderá invalidar os acordos, como recentemente fez com a UTC —que também atuou na obra de Angra 3.

OUTRO LADO

Por meio de sua assessoria, a Odebrecht confirmou as negociações com a AGU, Transparência e MPF, mas não quis dar detalhes sobre a possível retomada do caso.

A Andrade Gutierrez afirmou que "segue firmemente disposta a fechar acordos com a AGU e CGU [Transparência]" e que "vem prestando todos os esclarecimentos devidos ao TCU". Mas não comentou a estratégia no STF.

A Camargo Corrêa disse que foi a primeira a firmar um acordo de leniência e continuada a colaborar.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa

Título: Troca de ministros para as eleições

As articulações em torno da reforma ministerial seguem a todo vapor. Com o prazo para que os ministros se desincompatibilizem até 7 de abril para disputar as eleições, o governo federal não está perdendo tempo e mantém a negociação como prioridade em pauta há pelo menos cinco dias em reuniões com líderes governistas e aliados. Até o momento, a saída de 11 auxiliares é dada como certa. A mudança começará pelo comandante da Saúde, Ricardo Barros (PP), que pode anunciar hoje a saída da pasta, após cerimônia de Ordem do Mérito Médico, que será realizada no Palácio do Planalto, à tarde.

Outro auxiliar que deve abandonar o barco nos próximos dias é o ministro dos Transportes, Maurício Quintella (PR). Em um primeiro momento, a tendência é de que as pastas sejam comandadas pelos interinos. Na Saúde, o comando será assumido pelo atual secretário executivo, Antônio Carlos Figueiredo Nardi. Nos Transportes, ainda não há uma definição. O secretário-executivo da pasta, Fernando Fortes Melro Filho, assumiu na última sexta-feira (23) a Secretaria de Infraestrutura do governo de Alagoas.

A intenção de Barros é disputar a reeleição para deputado federal. O ainda auxiliar de Temer planeja tornar-se o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso. Já Quintella deve se aliar ao senador Renan Calheiros (MDB-AL) para disputar as duas vagas ao Senado na chapa do

governador alagoano Renan Filho (MDB), que tentará a reeleição. A interinidade nos Transportes e na Saúde, no entanto, não deve durar muito tempo. A partir da primeira semana de abril, o presidente Michel Temer deve anunciar os novos ministros.

Partidos como PP e PR planejam manter o comando sob as pastas da Saúde e dos Transportes. Os progressistas, por sinal, planejam emplacar o presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi, no ministério atualmente chefiado por Barros. A legenda pretende, também, assegurar o controle sobre a Caixa. Todas as negociações, no entanto, seguem muito bem estudadas e não há nada definido. “Os partidos estão apresentando sugestões, mas o martelo ainda não foi batido. Há uma intensa articulação, de onde um nome será, efetivamente, indicado. Uma negociação discutida ontem pode não ser fechada hoje, e não significará que estará mantida na sexta-feira”, disse um interlocutor de Temer.

A regra é emplacar um ajuste muito bem desenhado na Esplanada dos Ministérios. Afinal, Temer — a cúpula do Planalto e do MDB — sabe que precisa chegar a bons denominadores comuns com a base para fortalecer o apoio de olho na candidatura do chefe do Executivo federal. Ontem mesmo, o emedebista se reuniu para tratar do assunto com o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e com o líder do governo na Câmara dos Deputados, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

É grande a possibilidade de outros partidos manterem o comando atual sobre as pastas. É o caso do DEM. Na última semana, o presidente nacional do partido, o prefeito de Salvador, ACM Neto, o líder da sigla na Câmara, Rodrigo Garcia (SP), e o deputado Pauderney Avelino (AP), foram recebidos por Temer para discutir a manutenção da gestão do ministério da Educação, atualmente exercida pelo ministro Mendonça Filho, que também estava presente no encontro e se desincompatibilizará até a próxima semana para disputar a reeleição para deputado federal.

A reforma ministerial é avaliada como um trunfo do governo para as aspirações eleitorais. Afinal, a pré-candidatura do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, atraiu a atenção de boa parte de lideranças do centrão. Um ajuste ministerial bem-feito pode, assim, evitar uma divisão da base e construir uma chapa forte para a disputa das eleições, tendo Temer como candidato principal da coligação.

Qualquer decisão sobre partidos que atualmente estão na base e que já anunciaram pré-candidaturas, ou aliança a pré-candidatos, será muito bem avaliada. Especialmente o DEM e o PSD, que apoiará a candidatura do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. O presidente nacional da sigla, o ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, deve disputar a sucessão tucana

em SP como vice na chapa. “Esses assuntos serão tratados nestas duas semanas que nos separam da data-limite para a substituição de ministros”, afirmou o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

Veja quem deixará o governo

- » Ricardo Barros, ministro da Saúde (PP)
- » Maurício Quintella, ministro dos Transportes (PR)
- » Mendonça Filho, ministro da Educação (DEM)
- » Gilberto Kassab, ministro das Comunicações (PSD)
- » Henrique Meirelles, ministro da Fazenda (PSD*)
- » Max Beltrão, ministro do Turismo (MDB)
- » Sarney Filho, ministro do Meio Ambiente (PV*)
- » Helder Barbalho, ministro da Integração Nacional (MDB)
- » Leonardo Picianni, ministro dos Esportes (MDB)
- » **Fernando Coelho Filho, ministro de Minas e Energia (MDB)**
- » Osmar Terra, ministro do Desenvolvimento Social (MDB)

(*) Vai se filiar ao MDB

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Eletrobrás abre novo PDV para afastar 3 mil

A Eletrobrás anunciou ontem um novo Plano de Demissão Voluntária (PDV) para desligar 3 mil funcionários. O programa pode gerar uma economia de R\$ 890 milhões ao ano, segundo a estatal. A adesão deve ser feita até 27 de abril, e o desligamento será realizado entre 30 de maio e 14 de dezembro. Segundo a empresa, a redução do quadro de pessoal busca um alinhamento dos custos da companhia às tarifas, “evitando prejuízos operacionais no futuro”, informou em nota.

Para entrar no plano de demissão, os trabalhadores terão que ter atuado, no

mínimo, 10 anos na estatal, com vínculo, ou que sejam anistiados e reintegrados à empresa por meio da Comissão Especial Interministerial de Anistia. O PDV também vale para as subsidiárias Eletrobrás Cepel, CGTEE, Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Amazonas GT, Eletrosul e Furnas.

“A possibilidade de desligamento se dá pela crescente automação adotada nas empresas Eletrobrás, pela utilização de um sistema de gestão empresarial (ERP) unificado nas companhias e também pela criação de um Centro de Serviços Compartilhados”, comunicou a estatal. A iniciativa consta no Desafio 22: Excelência Sustentável, que é o plano diretor de negócios e gestão da empresa, válido de 2018 a 2022. O programa foi aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest).

Venda atrativa

O anúncio da Eletrobrás ocorre para facilitar a privatização da empresa, que o governo federal tenta implantar ainda em 2018. A intenção do Executivo é deixá-la atrativa financeiramente para os interessados. Nos programas de demissão anteriores, a adesão chegou a 2,4 mil funcionários, gerando economia de R\$ 1 bilhão à estatal. “A empresa que vai ao processo de privatização será uma empresa bastante diferente daquela que eu peguei um ano e meio atrás”, disse o presidente Wilson Ferreira Júnior após o Fórum Econômico Mundial, que ocorreu na última semana.

O presidente da companhia destacou ainda que a dívida da empresa, que equivalia a nove vezes o resultado operacional, foi reduzida para 4,1 vezes. A Eletrobrás vai divulgar os resultados hoje. O anúncio será, excepcionalmente, em Brasília.

Na visão do Executivo, é preciso deixar a organização mais “ enxuta ” antes de colocá-la à venda. Ontem, foi prorrogada por mais 60 dias a vigência da Medida Provisória (MP) 814 de 2017, que é um texto paralelo ao projeto de lei que trata da privatização da Eletrobrás. A proposta altera a legislação para facilitar a venda da companhia.

O adiamento da MP foi assinado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), como presidente da Mesa do Congresso Nacional. Já o projeto de lei deve ser votado até o fim de abril, segundo o relator, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA).

A expectativa do governo é realizar o leilão das distribuidoras da estatal até 21 de maio. O restante da companhia está com previsão de ser vendido até o fim deste ano. A Eletrobrás faz parte de um dos 75 projetos de desestatização para o governo aumentar as receitas.

A notícia da prorrogação e do novo PDV foi bem-vista pelo mercado. As ações da Eletrobrás foram as que mais se valorizaram ontem na Bolsa de São Paulo. Os papéis ordinários encerraram o pregão com alta de 7,41% e os preferenciais, de 6,94%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Amauri Segalla

Título: Não resta alternativa a não ser privatizar

Entrevista Wilson Ferreira Júnior:

São Paulo — O engenheiro paulistano Wilson Ferreira Júnior assumiu em julho de 2016 uma tarefa inglória: presidir a Eletrobrás, a estatal à beira de um colapso econômico, com dívidas de R\$ 50 bilhões e quatro anos seguidos de prejuízos no balanço financeiro. Para garantir alguma sobrevivência à maior companhia de energia elétrica da América Latina, Ferreira cortou metade dos funcionários e instituiu um controle severo de gastos. O resultado foi um breve alívio nas contas da empresa, mas insuficiente diante da gravidade do problema. Por conhecer como ninguém a realidade da Eletrobrás, Ferreira diz que só há uma saída para salvar a companhia: a privatização. Na entrevista a seguir, o executivo explica por que considera esse o único caminho possível.

O senhor defende a privatização da Eletrobrás como o único caminho para a empresa. Por quê?

A Eletrobrás precisa ampliar sua capacidade de investimento e garantir sua sustentabilidade no futuro. Isso só será possível por meio da desestatização, que permitirá à empresa atrair novos acionistas, com mais recursos. Hoje, a capacidade de investimento da companhia encontra-se bastante limitada.

Quanto a empresa precisa investir nos próximos anos para garantir algum nível de competitividade?

A Eletrobrás detém hoje 31% da geração e 47% da transmissão de energia elétrica no país. Apenas para manter essa participação, a empresa precisaria investir R\$ 14 bilhões por ano, nos próximos 10 anos, considerando o crescimento da demanda. A Eletrobrás, no entanto, não dispõe desses recursos. A média de investimentos prevista para o período até 2022 está em torno de R\$ 4 bilhões por ano. A União, que tem 60% do capital da companhia, não tem recursos para fazer esses investimentos. Logo, não resta alternativa a não ser

desestatizar, diluindo a participação da União com a emissão de novas ações e atraindo outros investidores.

Se a Eletrobrás for privatizada, como ficam as usinas hidrelétricas que funcionam no regime de cotas?

Esse é outro ponto importante. A companhia precisará de recursos para ter de volta 14 de suas usinas hidrelétricas que hoje operam no regime de cotas, desde a MP 579, de 2012. Essas usinas hoje vendem energia a um valor muito abaixo do mercado e o consumidor fica com o ônus do chamado risco hidrológico. Ou seja, se for necessário acionar as usinas térmicas por causa da estiagem prolongada, o consumidor, imediatamente, começa a pagar mais caro por meio das bandeiras tarifárias. O projeto de lei da desestatização devolve esse risco ao gerador, que tem mais condições de gerenciá-lo.

O que vai mudar na Eletrobrás depois de uma eventual privatização?

O objetivo é transformar a Eletrobrás numa grande corporação do setor elétrico, mantendo a União com menos de 50% do capital. Hoje, no mundo, quase todas as grandes empresas do setor são corporações. Dessa forma, a Eletrobrás fica livre das amarras burocráticas de uma estatal, ganha agilidade e competitividade. Com capital privado e já beneficiada pelo processo de reestruturação em curso, a Eletrobrás pode investir em novas tecnologias, sobretudo eólica e solar, que são o futuro da matriz energética brasileira. Uma gestão mais eficiente dos ativos da Eletrobrás contribuirá para aumentar a segurança energética em todo o sistema elétrico nacional e expandir a oferta de energia a partir de uma empresa com capacidade financeira e boa governança. A Eletrobrás será uma empresa mais ágil, eficiente e lucrativa.

Não há o risco de, após a privatização, as tarifas ficarem mais caras?

De modo algum. O projeto de lei estabelece que um terço dos recursos da desestatização será para abater a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um encargo importante que incide na conta de luz. Além disso, o consumidor ficará livre do risco hidrológico.

Os críticos da privatização afirmam que ela traz poucos benefícios para a sociedade.

O projeto de lei que está tramitando na Câmara dos Deputados deixa muito claros os benefícios da desestatização. A nova Eletrobrás proporcionará ganhos inequívocos: contribuirá para reduzir encargos sobre a conta de luz, vai tirar do consumidor o risco hidrológico, assumirá a responsabilidade de investir R\$ 350 milhões por ano para recuperar o Rio São Francisco, aumentará investimentos, eliminará a necessidade de aportes do Tesouro na companhia e permitirá à

União concentrar-se em suas verdadeiras vocações de provedor de saúde, educação e segurança. A União também poderá arrecadar mais dividendos e impostos, sendo que estes também serão partilhados com estados e municípios.

O senhor citou o Rio São Francisco. Poderia detalhar melhor como a privatização ajudaria na sua revitalização?

Um ponto extremamente importante é que o projeto de lei garante ainda recursos para a revitalização do Rio São Francisco, que atravessa sua maior crise hídrica. Pelo projeto, está previsto investimento de R\$ 350 milhões por ano no rio, nos primeiros 15 anos, e mais R\$ 250 milhões por ano nos 15 anos seguintes. Esses valores são até 17 vezes maiores do que se investe hoje na recuperação do São Francisco.

O senhor considera o modelo de privatização definido para a Eletrobrás como o ideal?

A desestatização se dará por meio de um processo de emissão de ações nas bolsas de valores que hoje negociam os papéis da Eletrobrás: São Paulo, Nova York e Madri. A União, hoje majoritária, não venderá nem uma ação, mas sua participação será diluída. Por exemplo, se a empresa vale R\$ 30 bilhões e a União, BNDES, BNDESPar e fundos setoriais têm juntos 60%, pode-se dizer que eles possuem R\$ 18 bilhões. Se a emissão for de R\$ 12 bilhões em ações, a Eletrobrás vai se transformar numa empresa de R\$ 42 bilhões. O governo manterá os mesmos R\$ 18 bilhões e R\$ 24 bilhões virão de novos investidores. Dessa forma, a empresa passa a ter capital privado. Para isso, além da aprovação do projeto de lei que está tramitando na Câmara, é preciso aprovar novas regras no estatuto da empresa.

Que regras?

O projeto de lei prevê novas bases para a governança da companhia, como a limitação de 10% para o controle de capital (mesmo que o acionista tenha mais do que esse percentual em ações) e regras para indicação de assentos no Conselho de Administração. Determina ainda a criação de uma ação de classe especial, a golden share, para que a União tenha poder de veto em questões preestabelecidas de interesse nacional.

Se a Eletrobrás não for privatizada, qual será o futuro da empresa?

Sem a desestatização, ela será incapaz de manter sua participação de mercado, visto que sua capacidade de investimento está comprometida.

O que está sendo feito para aliviar os problemas financeiros da empresa?

Várias ações vêm sendo tomadas nos últimos meses para aprimorar a gestão da companhia, como a redução do peso do seu endividamento, a eliminação de cargos gerenciais, a readaptação do quadro de pessoal, a racionalidade dos processos, o corte de custos. Além disso, estamos também privatizando seis distribuidoras de energia, para concentrar as atividades nos segmentos de geração e transmissão.

O senhor continuará na empresa após a eventual privatização?

Quando o presidente Michel Temer e o **ministro Fernando Coelho Filho** me convidaram para essa missão, meu mandato foi estabelecido até abril de 2019. Meu foco então é trabalhar até o último dia na recuperação da companhia e no sucesso do plano de desestatização proposto pelo governo.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Negócios****Autor: Amauri Segalla****Título: Muitas razões para uma gestão privada**

O Tribunal de Contas da União (TCU) promove hoje em Brasília uma série de debates sobre a privatização da Eletrobrás. Além do presidente da empresa, Wilson Ferreira Júnior, e de representantes do governo, Congresso Nacional e Ministério Público, o evento contará com a presença de representantes da sociedade civil e de diversos setores da economia.

A maioria dos participantes concorda num ponto: a única solução para a Eletrobrás é a privatização. Um dos palestrantes do encontro será o engenheiro Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, o maior centro de estudos do setor elétrico do país. Sales é incisivo. “A história mostra que a Eletrobrás foi usada durante muitos anos para fins políticos, o que acabou destruindo a empresa”, diz ele. “Agora a sociedade precisa decidir se quer uma companhia saudável, com capacidade para fazer investimentos e gerar riqueza, ou se deseja que tudo fique como está, com a Eletrobrás cada vez mais frágil e sugando recursos públicos já bastante escassos.”

Por se tratar de um tema árduo, que exige boa dose de conhecimento técnico, a sociedade não tem dado a devida atenção para os efeitos da privatização. Sob qualquer ângulo que se analise o assunto, porém, a conclusão parece óbvia: ela é tão urgente quanto necessária.

Três razões principais mostram isso. Com a privatização, a Eletrobrás será mais lucrativa – e ser mais rentável significa aumentar sua capacidade de fazer investimentos e, assim, gerar riqueza para o país. O segundo motivo diz respeito às contas públicas. A desestatização desobriga o governo a despejar recursos numa empresa à beira da insolvência, recursos esses que poderão ser aplicados em áreas prioritárias como saúde e educação. O terceiro aspecto a favor da transferência do controle para a iniciativa privada afeta o bolso dos brasileiros. Ao contrário do que afirmam os ativistas antiprivatização, a conta de luz tende a ficar mais barata.

O presidente do Instituto Acende Brasil apresenta um estudo que mostra a discrepância de eficiência entre uma empresa pública e privada. Em 1998, a área de geração da Eletrosul foi privatizada e passou a se chamar Gerasul. Na época, o valor de mercado da Gerasul equivalia a 5% da Eletrobrás. Vinte anos depois, a Gerasul (hoje conhecida como Engie Energia) tem valor de mercado quase duas vezes maior do que a Eletrobrás. “Enquanto uma empresa murchou, a outra floresceu”, diz Sales. “A que apagou ficou nas mãos do Estado e a que cresceu está com a iniciativa privada.”

A privatização da Eletrobrás certamente a tornará mais competitiva no mercado – e, portanto, com chances de se tornar lucrativa. “O objetivo de uma empresa privada é criar valor, enquanto as públicas costumam destruir valor”, diz Sales. Na área de energia, nenhuma empresa sobrevive sem forte fluxo de investimentos. Com recursos privados, a Eletrobrás poderá fazer os aportes necessários para crescer e atender ao inevitável aumento da demanda.

O segundo ponto a favor da privatização é que ela tira do governo o peso de arcar com prejuízos bilionários. Estima-se que, para voltar a dar lucro, a Eletrobrás precise de um aporte imediato de R\$ 30 bilhões – dinheiro que o governo não tem agora, nem terá no futuro próximo.

Os que são contrários à privatização alegam que ela tornará a energia elétrica mais cara, mas os especialistas refutam essa afirmação. Para Adriano Pires, sócio e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a Eletrobrás privada levará à queda dos custos de transmissão e tornará a empresa mais competitiva nos leilões de expansão de geração. O resultado desse processo, diz ele, será a redução de tarifas. Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil, concorda. “Com a privatização, haverá ganhos de eficiência e, portanto, custos tarifários menores para os consumidores”, diz.

O último argumento dos críticos afirma que o Brasil perderá uma empresa estratégica. “Isso é uma grande bobagem”, diz Sales. “Não se trata de venda de ativos.” Pelo modelo de privatização proposto, o governo não venderá suas ações, mas terá sua participação na empresa diluída. Além disso, o projeto de lei

garante a indicação de um membro da União no Conselho de Administração e a limitação de 10% do poder de voto. Na prática, o modelo evita que um único acionista tenha o controle da empresa. (AS)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Andréa Jubé | De Brasília

Título: Fundos vão financiar uso de energia solar com R\$ 3,2 bi

Às vésperas do prazo de desincompatibilização dos ministros e do início da campanha eleitoral, o governo lançará na próxima semana a iniciativa mais abrangente até hoje para difundir a microgeração de energia solar no país.

Quase R\$ 3,2 bilhões estarão disponíveis para financiar a instalação de placas fotovoltaicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os recursos proveem dos fundos constitucionais, têm juros muito abaixo das taxas de mercado e prazos mais longos de pagamento. A ideia é incentivar a geração própria em residências e estabelecimentos comerciais. Uma reunião dos conselhos deliberativos das agências regionais de financiamento - Sudam, Sudene e Sudeco - está agendada para o dia 4 de abril a fim de aprovar essa nova fonte de crédito. O anúncio deve ser feito pelo presidente Michel Temer.

As linhas serão oferecidas pelas instituições públicas que atuam como operadores financeiros dos fundos constitucionais. O Banco do Nordeste terá as condições mais atrativas, com juros anuais de 6,24% e 12 anos para o pagamento do empréstimo, incluindo quatro de carência.

O Banco da Amazônia (Basa), que atende à região Norte, trabalhará com a mesma taxa, mas 36 meses de prazo para a quitação do financiamento (e dois meses de carência). No caso do Banco do Brasil, agente financeiro do Centro-Oeste, a taxa será de 7,33% ao ano - com 24 meses de prazo e seis meses de carência.

O ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, vê um esforço de popularizar o uso de placas fotovoltaicas. Até agora, o crescimento da energia solar tem sido impulsionado por usinas cuja produção é vendida nos leilões de suprimento organizados pelo governo. "Agora queremos levar ao cidadão uma iniciativa com impacto econômico e social gigantesco."

Barbalho, que deixa o cargo no dia 7 de abril e disputará as eleições para governador do Pará pelo MDB, prevê uma boa procura por recursos onde as tarifas são mais altas. "O custo da energia é brutal", diz o ministro, lembrando que ele mesmo vem de um Estado com grande superávit hidrelétrico, onde

estão Tucuruí e Belo Monte. "E paga-se três vezes o valor da tarifa de outras capitais."

O Brasil tem hoje 24.565 sistemas de mini ou microgeração distribuída, segundo dados compilados pela Absolar, entidade que reúne a cadeia produtiva do setor. Mais de 99% dos sistemas são baseados em placas fotovoltaicas. "Quando analisamos o perfil dos consumidores, porém, os gargalos ficam evidentes", pondera o presidente-executivo da associação, Rodrigo Sauaia.

Cerca de 70% dos microgeradores estão no segmento de comércio, prestação de serviços ou residências de renda média e alta. "As pessoas jurídicas estão encontrando caminhos para se financiar", avalia Sauaia. Segundo ele, o investimento em placas para a autoprodução de energia se paga em até cinco anos e os sistemas têm vida útil de pelo menos 25 anos. "É melhor do que qualquer outro investimento, como poupança ou fundos. A pessoa física, que poderia ter os maiores ganhos do ponto de vista do custo-benefício, não é contemplada."

Quem gera energia própria e joga o excedente no sistema interligado, via distribuidora, deixa de pagar conta de luz e acumula créditos para usar no futuro.

Paralelamente, o ministério e a Absolar estão firmando um convênio para estudar juntos a possibilidade de troca do fornecimento de energia ao projeto de transposição do rio São Francisco. As nove bombas de elevação das águas - nos eixos leste (inaugurado em 2017) e norte (com entrega prevista para o segundo semestre) - vão consumir 746 mil megawatts-hora por ano e arcar com um gasto anual de energia em torno de R\$ 300 milhões.

A ideia do governo e a Absolar concluirá um estudo sobre o assunto daqui a 60 dias - é instalar placas fotovoltaicas nas margens dos canais. A faixa de 100 metros em cada margem já foi desapropriada e existe espaço suficiente para a instalação das placas, bem como 270 de linhas de transmissão de energia em alta tensão já construídas junto com o projeto de transposição.

Em uma terceira iniciativa do "pacote" de fomento à energia solar, o ministério vai propor a instalação das placas fotovoltaicas no perímetro de Itaparica (entre a Bahia e Pernambuco), que tem dez complexos de agricultura irrigada. Com cerca de 40 mil famílias, o complexo tem alto consumo de eletricidade e abastecimento subsidiado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). A conta paga pela estatal é de cerca de R\$ 42 milhões anuais.

Se esse projeto der certo e o fornecimento de energia for mais barato, pode-se pensar no fim dos subsídios, diz Gustavo Canuto, presidente do conselho de administração da Codevasf. "O objetivo é que os agricultores possam se emancipar", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Aliados rejeitam nomes para Fazenda

Aliados próximos do presidente Michel Temer querem convencê-lo a rejeitar os dois nomes preferidos de Henrique Meirelles para sua sucessão no Ministério da Fazenda. Para a cúpula do MDB, a escolha de Eduardo Guardia ou de Mansueto Almeida seria entregar o comando da equipe econômica nas mãos do PSDB, justamente no momento em que os tucanos se distanciam do governo na campanha eleitoral.

"Vão entregar a Fazenda para o Alckmin?", questiona um emedebista, lembrando o vínculo do secretário-executivo Eduardo Guardia com o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que vai disputar a Presidência da República. Na visão do MDB, seria como perder o comando da economia para Alckmin, em plena campanha presidencial, num momento em que Temer cogita disputar a reeleição.

A preferência do MDB - especialmente no Senado - é por um deslocamento do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para a Fazenda, enquanto Meirelles gostaria de emplacar um de seus subordinados, ambos com DNA tucano.

Guardia foi secretário estadual da Fazenda de Alckmin em São Paulo. Mansueto, secretário de acompanhamento fiscal, tem ligação com o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Outra detentora de posição influente na equipe, a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, é respaldada pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Para uma liderança emedebista, não faz sentido os tucanos romperem com o governo, lançarem candidato à Presidência, e desfrutarem da prerrogativa de ditar as regras da política econômica quando o crescimento do PIB ganha mais tração.

Ainda sem uma definição na Fazenda, o presidente já se rendeu ao fato de que a Esplanada dos Ministérios vai ter uma cara mais "técnica" na reta final de seu mandato. A ideia inicial de Temer era evitar a mera ascensão de secretários-executivos a partir de 7 de abril, o prazo final para ministros que disputam

eleições deixarem seus cargos, já que isso poderia dar a sensação de um governo improvisado ou sem força política. O Palácio do Planalto, porém, percebeu que há escassez de nomes de peso disponíveis.

Elton Santa Fé Zacarias, secretário-executivo do Ministério das Comunicações, está quase certo para assumir o lugar do titular da pasta, Gilberto Kassab (PSD). Valter Casemiro, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), está sendo indicado pelo PR para substituir Maurício Quintella nos Transportes.

O ministro interino da Indústria e Comércio (Mdic), Marcos Jorge, deve ser efetivado como representante do PRB. **Fernando Coelho Filho**, um dos ministros mais bem avaliados no Planalto, está com moral suficiente para bancar o secretário-executivo Paulo Pedrosa como sucessor em Minas e Energia.

Outro nome técnico cotado para assumir o Ministério da Saúde, no lugar do deputado Ricardo Barros, é o presidente da Caixa Econômica Federal, Gilberto Occhi, um "coringa" que dirigiu outros ministérios por indicação do PP na gestões Dilma Rousseff.

Se Temer resolver indicar um civil para o Ministério da Defesa, no lugar do general Silva e Luna - o que ainda está indefinido -, há 14 substituições ministeriais a se consumarem até o dia 7.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Kanga Kong, Ben Brody e Jiyeun Lee | Bloomberg, de Seul e Washington

Título: Acordo renegociado entre EUA e Coreia do Sul prevê cota para aço

Os EUA concordaram em renegociar seu acordo comercial com a Coreia do Sul e isentar o país de tarifas sobre importações de aço impostas pelo presidente Donald Trump, em meio aos esforços dos dois, que são aliados, para solucionar a disputa comercial antes das planejadas reuniões com o líder da Coreia do Norte, Kim Jong-un.

Os dois países chegaram a um acordo "em princípio" sobre o acordo de livre comércio bilateral conhecido como Korus, afirmou ontem o Ministério do Comércio da Coreia do Sul, por meio de um comunicado. O anúncio foi feito depois que o secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, disse no domingo que o representante comercial americano, Robert Lighthizer, havia chegado a um "entendimento muito produtivo".

Para evitar a tarifa sobre o aço, a Coreia do Sul limitará suas exportações de aço para os EUA a cerca de 2,7 milhões de toneladas por ano, disse o Ministério. O país também concordou em dobrar, para 50 mil, o número de carros americanos que poderão ser importados sem cumprir os padrões de segurança locais, embora os fabricantes americanos vendam um número muito menor de veículos no mercado sul-coreano.

A assessoria de imprensa de Lighthizer não respondeu aos pedidos de comentários sobre o acordo. O assessor de comércio da Casa Branca, Peter Navarro, disse ontem em entrevista à TV CNBC que "parece que vamos ter um resultado muito bom" no Korus.

O acordo será o primeiro renegociado por Trump desde que ele assumiu o cargo, no ano passado, prometendo colocar os "EUA em primeiro lugar" e desencadeando uma série de disputas comerciais com diversos países - do Canadá à China. Trump criticou o acordo comercial firmado seis anos atrás pelos EUA com a Coreia do Sul, qualificando-o como "destruidor de empregos", e abriu negociações, ao mesmo em que buscava ajuda do presidente sul-coreano, Moon Jae-in, para pressionar a Coreia do Norte na questão do programa de armas nucleares norte-coreano.

"Em última análise, esse é um bom acordo para ambos os lados", disse Troy Stangarone, do Instituto Econômico Coreano, em Washington. "Parece que todos ganharam algo com isso e, com a aproximação das negociações com a Coreia do Norte, isso tira da mesa o que poderia ser uma questão contenciosa e basicamente recoloca em sintonia os dois aliados quanto as questões importantes na aliança."

O desacordo ameaçava criar um racha entre os dois aliados num momento em que Moon se prepara para se reunir com Kim em abril, um encontro de que Trump precisa para preparar o caminho para a seu próprio reunião com o líder norte-coreano. Em telefonema no início do mês, Moon instou Trump a "mostrar ao mundo que a nossa aliança é muito sólida" e resolver suas disputas comerciais.

"Às vésperas da cúpula intercoreana no fim de abril e da cúpula EUA-Coreia do Norte, em maio, estamos num momento em que uma cooperação estreita é mais importante do que em qualquer outro momento", disse o porta-voz de Moon. "Agora podemos solidificar a cooperação já inquebrantável entre a Coreia do Sul e os EUA."

É improvável que a cota de aço prejudique as exportações da Coreia do Sul, já que as vendas para os EUA respondem por 11% do total dos embarques da

commodity para o exterior, disse o ministério sul-coreano. A quota está fixada em 70% da média das vendas de aço para os EUA no período 2015-17.

Não está claro se os EUA pedirão uma cota aos outros países com os quais negociam a tarifa do aço, entre eles o Brasil. E nem se essa cota também envolveria uma média de anos anteriores.

Autoridades dos EUA e da Coreia do Sul continuam negociando para decidir se a isenção da tarifa será permanente ou se expirará depois de algum tempo.

A Associação Coreana de Ferro e Aço aceitou o acordo, mais disse que a cota de venda para os EUA é inferior à pretendida pelo setor.

O ministro sul-coreano do Comércio, Kim Hyun-chong, alertou que os riscos nas relações comerciais com os EUA persistirão durante a Presidência de Trump. Segundo ele, autoridades dos EUA estavam mais interessadas no comércio de automóveis.

O superávit comercial da Coreia com os EUA foi de US\$ 18 bilhões no ano passado, abaixo dos US\$ 23 bilhões de 2016, segundo a Associação de Comércio Internacional da Coreia. Os carros representaram mais de 70% desse superávit.

Pela renegociação do Korus, os EUA manterão tarifas aos veículos utilitários sul-coreanos até 2041, em vez de 2021, prazo previamente acordado. Atualmente, nenhuma empresa automobilística exporta esse tipo de veículos da Coreia do Sul para os EUA, o que pesou nas negociações, disse Kim.

Tarifas anteriormente eliminadas à exportações de carros sul-coreanos não serão restabelecidas, o país planeja reduzir algumas das regras ambientais e de segurança aplicadas a carros importados dos EUA. O governo permitirá que fabricantes dos EUA vendam na Coreia do Sul até 50 mil carros que não cumpram com os padrões locais. O teto atual é de 25 mil, mas as empresas americanas não vendem mais de 10 mil por ano, disse Kim.

A Coreia não concordou com nenhuma abertura adicional do mercado agrícola e também manteve sua posição em outras áreas sensíveis, diz o comunicado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Nova diretoria na Usiminas

A Usiminas anunciou os nomes de diretores indicados por suas controladoras Nippon Steel & Sumitomo Metal e Ternium / Techint para a diretoria estatutária, a ser aprovada pelo conselho de administração em maio. Serão trocados os vice-presidentes financeiro, comercial e de tecnologia, com mandato até 2020. Sérgio Leite de Andrade foi reconduzido à presidência da siderúrgica. Para a área financeira, Ronald Seckelmann, há nove anos no cargo, dará lugar a Alberto Ono, diretor de planejamento e controle e desde 2009 na companhia. Engenheiro, Ono já passou por Votorantim, Aços Villares e na Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM). Para vice-presidência comercial foi indicado Miguel Homes, presidente da Ternium Colômbia. A Nippon Steel indicou Kohei Kimura para vice-presidente de Tecnologia e Qualidade. A Ternium manteve Tulio Chipoletti como diretor industrial e a Nippon Steel indicou mais uma vez Takahiro Mori em planejamento corporativo.

Propostas pela TAG

A Petrobras deve receber no próximo dia 19 de abril as propostas vinculantes pela Transportadora Associada de Gás (TAG), segundo uma fonte consultada pelo **Valor**. A TAG é responsável por uma rede de gasodutos das regiões Norte e Nordeste e é o principal ativo à venda pela companhia neste momento. Três grandes grupos estão no páreo por 90% da empresa. O **Valor** apurou que, entre os candidatos, estão um consórcio formado por Mubadala, empresa de investimentos dos Emirados Árabes Unidos, e a EIG (dona da Prumo Logística); um consórcio formado pelo grupo australiano Macquarie, o fundo de pensão canadense Canada Pension Plan Investment Board (CPP IB), o fundo soberano de Cingapura GIC e a Itaúsa; e um consórcio liderado pela Engie, com outros investidores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Eletrobrás prevê 3 mil adesões em PDV

A Eletrobrás lançou ontem um plano de demissão consensual (PDC) - na prática, um Plano de Demissão Voluntária (PDV). A meta da empresa é alcançar 3 mil adesões à iniciativa, com um potencial de economia da ordem de R\$ 890 milhões anuais. O plano será implantado simultaneamente por todas as empresas do Sistema Eletrobrás, com exceção das distribuidoras, que estão em processo de privatização, e da Itaipu Binacional.

A elétrica prevê desembolsar R\$ 586 milhões no PDC-40% a menos do que o estimado inicialmente no plano de negócios e gestão (PNG) da empresa, para o período 2018-2022. Aos funcionários que aderirem à iniciativa, a estatal oferecerá indenização de 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS (sendo 20% de obrigação legal e 20% complementar pela empresa) e aviso prévio (sendo 50% obrigação legal e 50% complementar). Além disso, será oferecido um incentivo indenizatório complementar de 50% sobre o valor da indenização. A quantia total mínima a ser paga ao funcionário demissionário é de R\$ 130 mil.

Na prática, as condições são parecidas com as aplicadas no Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE), lançado no ano passado e já concluído. O processo resultou em 2.108 desligamentos, com economia anual de R\$ 880 milhões para a empresa. A Eletrobrás desembolsou R\$ 813 milhões nesse processo.

Com relação ao PDC, o prazo de adesão dos empregados termina em 27 de abril e os desligamentos ocorrerão em oito turmas, de 30 de maio a 14 de dezembro deste ano. São elegíveis ao plano empregados que tenham, no mínimo, dez anos de vínculo empregatício com a empresa, no momento do desligamento, considerando o limite de 14 de dezembro de 2018; ou anistiados e reintegrados à empresa por meio da comissão especial interministerial de anistia.

Em nota, a Eletrobrás explicou que o PDC já estava previsto nas iniciativas de eficiência operacional e disciplina financeira que vêm sendo implementadas na companhia desde 2016 e fazem parte PNG 2018-2022. Outras ações de redução de custo de pessoal incluídas no plano de negócios são a redução das despesas em contas gerenciáveis de pessoal, como horas extras, e contratação única de benefícios para as empresas do grupo, visando ganho de escala.

De acordo com o plano da estatal, o objetivo é alcançar nível de endividamento (medido pela dívida líquida sobre o Ebitda) de 3 vezes no fim de 2018. No terceiro trimestre de 2017, esse indicador foi de 4,1 vezes.

A companhia acrescentou que "a possibilidade de desligamento se dá pela crescente automação adotada nas empresas Eletrobrás, na utilização de um sistema de gestão empresarial (ERP) unificado nas companhias e também da criação de um Centro de Serviços Compartilhados. Além disso, a redução de quadro de pessoal busca um alinhamento dos custos da Eletrobrás às tarifas, evitando prejuízos operacionais no futuro".

As empresas onde haverá o PDC (Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Chesf, CGTEE, Eletronuclear, Cepel, Amazonas GT e a própria holding) totalizam cerca de 16 mil funcionários. Considerando ainda o contingente das seis distribuidoras

(Amazonas Energia, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia, Cepisa e Ceal) e de Itaipu Binacional, o grupo estatal soma atualmente 23 mil funcionários.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: ABB e Copel inauguram eletrovia no Paraná hoje

A estatal paranaense Copel e a gigante europeia ABB inauguram hoje, em Curitiba, a primeira estação de recarga rápida para carros elétricos em uma eletrovia em construção no Paraná.

Segundo Sergio Guetter, presidente da Copel, muitos investimentos na construção de estação de recargas não são feitos pois ainda não há um volume grande de carros elétricos em circulação no país. Por outro lado, a ausência dos carregadores é um obstáculo à expansão do setor. "Nossa ideia é quebrar esse ciclo e colocar a primeira eletrovia do país em operação, do extremo leste ao extremo oeste do Paraná", disse Guetter.

No total, a eletrovia terá oito estações de recarga ligando Paranaguá a Foz do Iguaçu. A tecnologia fornecida pela ABB permite a recarga rápida das baterias e é compatível com todos os modelos de carros elétricos disponíveis no mercado brasileiro. Segundo Rafael Paniagua, presidente da companhia no Brasil, os postos carregam até 80% da bateria dos veículos em 15 a 30 minutos.

Como não existe regulamentação para cobrança dessa energia, o abastecimento dos veículos será gratuito. "O volume de carros ainda é pequeno, estamos fomentando este mercado e testando o modelo de negócios", disse Guetter. A ideia da Copel é depois sugerir à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) formas para a cobrança. "Alguém precisa iniciar esse movimento e queremos ser protagonistas", disse.

O investimento na construção da eletrovia é estimado em R\$ 5,5 milhões, sendo financiado pela própria Copel e pela parte brasileira da hidrelétrica de Itaipu.

"A estratégia da Copel é ser protagonista na descarbonização da mobilidade. Acreditamos que o movimento dos carros elétricos não tem volta e vai auxiliar muito nisso", disse Guetter.

Essa será a maior eletrovia em operação no país, mas a ABB já forneceu equipamentos para outros projetos no país. O primeiro corredor intermunicipal para veículos elétricos do país, entre São Paulo e Campinas, foi construído como

uma parceria entre a CPFL Energia e a ABB. Há dois pontos de recarga instalados, um na via Anhanguera e outro na Rodovia dos Bandeirantes.

No mundo, a ABB já vendeu mais de 6.500 carregadores rápidos universais de veículos elétricos e mais de 50 países. "Os postos ficam conectados à nuvem e ao nosso aplicativo, que tem um histórico de anos funcionando", disse Paniagua.

Por enquanto, a ABB fechou os contratos para fornecer os equipamentos para os dois projetos, mas tem conversas com outras concessionárias de energia e investidores. "Temos em discussão projetos mais urbanos, dentro das cidades. Olhamos oportunidades como aeroportos e estacionamentos."

A ABB tem uma visão clara de que "o futuro está mais perto do que se imagina", na eletromobilidade. "Projetos como este estão destravando essa limitação de infraestrutura", concluiu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Camila Maia | De São Paulo

Título: Saúde e energia devem puxar receita da GE na América Latina

Após ver seu faturamento subir 14% na América Latina em 2017, para US\$ 8,8 bilhões, Daurio Speranzini, novo presidente da GE na região, enxerga reforço especialmente das áreas de saúde e energia para conseguir manter o ritmo de crescimento e ajudar o grupo, com sede nos Estados Unidos, a se recuperar de maus resultados recentes. O executivo, que prevê uma retomada da economia brasileira neste ano e no próximo, prevê ainda que a GE continuará tendo sucesso em outras áreas nas quais tem atuação consolidada no país, como transmissão de energia e aviação.

O brasileiro, transferido há três meses dos EUA para assumir o comando latino-americano do conglomerado, quer ganhar corpo em um segmento que conhece muito bem, o de saúde, que comandava por lá. Ele se reportava diretamente ao presidente da companhia, John Flannery, no cargo há menos de um ano com a missão de colocar o grupo de novo no caminho do crescimento.

No ano passado, a receita da GE só no mercado brasileiro foi de US\$ 3,8 bilhões, alta de 11,8%. O crescimento pode se tornar mais rápido, principalmente levando em conta a expansão prevista para a economia local. Só com o chamado "carry over", ou seja, efeitos de decisões do ano anterior mas que vão trazer ganhos só no exercício atual, o executivo acredita que há potencial de alta do Produto Interno Bruto (PIB) em 4%. Em 2019, vê potencial para uma

expansão semelhante. "Esse seria um bom indicador de que a demanda vai crescer. Como consequência, tudo no país deve começar a se movimentar", afirma.

Mas dos três principais mercados latino-americanos - Brasil, México e Argentina -, Speranzini conta que o argentino é hoje o mais atrativo por conta das reformas do presidente Mauricio Macri. "A Argentina largou na frente."

No ano passado, a GE, uma gigante com atuação nos setores de petróleo e gás, energia, saúde, transporte e outros, encarou um prejuízo líquido atribuível a seus acionistas de US\$ 6,22 bilhões no mundo todo, especialmente por conta das despesas com a reestruturação em curso e de baixas contábeis. Isso cortou seus dividendos em 10% e irritou os investidores.

"Como trabalhava diretamente com ele [Flannery] e o segmento de 'healthcare' [saúde] sofreu uma transformação positiva, vi o que ele consegue fazer na administração", comenta Speranzini, em entrevista exclusiva ao **Valor**. "Acredito que ele tem capacidade de sobra para recuperar a GE."

Para Speranzini, as oportunidades em saúde residem na evolução do número de brasileiros que possuem um plano de saúde. Mas o setor público também contribui com uma parcela importante dos ganhos com vendas de equipamentos e soluções, e as perspectivas são boas nesse sentido.

"Esse mercado é muito fragmentado e para termos sucesso com crescimento sustentável, os esforços têm de ser contínuos e graduais", afirma o executivo. "É um segmento que demora mais para cair na crise, mas que também demora a se recuperar. Os investimentos estão bem ligados aos gastos do governo."

Em aviação, Speranzini acredita que pode haver em breve a abertura de novo mercado para a GE: o da Embraer. Hoje, apesar de não vender mais tantas turbinas quanto antigamente para a fabricante brasileira de aeronaves, o grupo americano mantém até uma equipe conjunta específico de pesquisa e desenvolvimento, que trabalha em soluções para a companhia.

Com a Boeing, que negocia uma parceria com a Embraer, a situação é mais confortável, dado que a GE ainda é grande fornecedora. Pela relação comercial, o novo executivo na América Latina crê que a potencial união das duas possa abrir as portas de um mercado onde a empresa ainda tem baixa presença, de aviões com até 130 assentos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Renato Rostás | De São Paulo****Título: Americana pode entrar em projetos de geração**

A GE avalia repetir o modelo de negócios já adotado na Argentina na área de energia e investir em participações em projetos de geração, além de atuar como fornecedora de turbinas para geração eólica e termelétricas, principalmente, disse o novo presidente do grupo para a América Latina, Daurio Speranzini.

Em fevereiro, a GE comprou uma participação de 24,99% na YPF Energía Eléctrica por US\$ 275 milhões. Segundo Speranzini, a empresa já tinha feito negócios semelhantes em alguns projetos na Argentina. "Temos previsões de fazer investimentos em projetos específicos no Brasil também", disse. Ele, porém, não detalhou quais os principais alvos da companhia, alegando que este é um mercado "mais concentrado" em termos de investimentos. O interesse é voltado para projetos de geração de energia das fontes solar, eólica e, principalmente, termelétricas. "Estamos seriamente envolvidos em projetos muito grandes", disse.

A principal vantagem da Argentina em relação ao Brasil, neste setor, é que a abertura do país está sendo mais célere, segundo Speranzini. "Então, nossos olhos e investimentos foram para lá."

O México também chama a atenção pela reforma energética implementada nos últimos anos. O país é destaque na área de termelétricas, por ter um sistema elétrico dependente dessas fontes.

"Seguramente, o Brasil será o país para se investir na parte de energia nos próximos dois ou três anos", afirmou. Segundo ele, todos os grandes investidores estão observando qual caminho o governo vai tomar em relação à privatização da Eletrobrás e à reforma do setor elétrico.

A conclusão desses processos neste ano, no entanto, não é uma certeza para o executivo. Segundo ele, existe uma grande vontade em fazer as reformas, mas os prazos não ajudam e pode não haver tempo hábil para tal. "Não temos um caminho claramente definido ainda, mas tenho certeza de que isso estará na pauta do próximo governo", apontou.

Enquanto isso, a GE se prepara para os próximos leilões de energia no país. Segundo Speranzini, a companhia tem fechado contratos para projetos licitados em 2015 e 2016. "Teremos outros leilões neste ano, estamos bem posicionados

desta vez para não haver surpresas. Nossa missão é dar volume para a fábrica [de turbinas eólicas] a partir de meados de 2019 e 2020."

O segmento de energia teve faturamento global de US\$ 36 bilhões em 2017, queda de 2,2%. Já o segmento de energias renováveis teve alta de 13,8%, para US\$ 10,3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Camila Maia | De São Paulo

Título: Destino de petróleo e gás ainda é incerto

Além de seguir no caminho do crescimento de receita e margens observado nos dois últimos anos, o novo presidente da GE para a América Latina, Daurio Speranzini, tem a missão de dar um destino ao investimento do grupo em petróleo e gás no Brasil. Atualmente, a companhia divide um empreendimento com a Baker Hughes internacionalmente, mas a situação se complicou depois que o preço do barril desabou e os investimentos das petroleiras minguaram.

Especificamente no mercado brasileiro, as encomendas de petrolíferas à GE também diminuíram consideravelmente com a crise econômica e, em especial, da Petrobras. A estatal chegou a ser a empresa não financeira de capital aberto com a maior dívida do mundo e nos últimos dois anos entrou em modo de recuperação das finanças, com o mínimo possível de investimentos e participação em novos leilões.

"No meu ponto de vista, seria melhor que nada fosse mudado em relação a nossa presença em petróleo e gás, porque acredito na retomada do mercado", diz Speranzini. "O preço começa a se recuperar e os investimentos voltam. Sabemos que aqui no Brasil, a partir do segundo semestre, as empresas terão de se planejar para investir mais. Aí os gastos começariam a tomar corpo em 2019 e o retorno para nós, em 2020."

Nos próximos anos, a GE deve decidir se continua ou não no setor de petróleo e gás. "Essa é uma área muito volátil, e os acionistas estão avaliando se vamos continuar em uma área com essa característica", afirma Speranzini.

Mesmo com a queda do faturamento, o segmento continua representando uma fatia importante dos negócios da GE na América Latina. Dos US\$ 8,8 bilhões da receita de 2017, cerca de US\$ 2,5 bilhões vieram deste setor, segundo o executivo.

México e Argentina já começaram a acelerar os investimentos no setor, resultado das reformas implementadas recentemente. "O Brasil deve começar a partir do segundo semestre do ano que vem. Sabemos que eles precisam entrar, não tenho dúvidas de que vai acontecer", diz. A nova gestão da Petrobras, segundo ele, precisará investir em tecnologia e manutenção preventiva.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: CSN reverte prejuízo e tem lucro de R\$ 111 milhões em 2017

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) anunciou ontem lucro de R\$ 377,4 milhões no quarto trimestre de 2017. O resultado reverte prejuízo de R\$ 55,7 milhões em igual período de 2016, conforme balanço público no início da noite. No acumulado, a companhia controlada pelo grupo Vicunha, da família Steinbruch, obteve ganho R\$ 111 milhões, ante perda de R\$ 853 milhões do ano anterior.

O lucro líquido da companhia foi beneficiado pela linha de outras receitas líquidas, que passou de R\$ 114,2 milhões negativos para R\$ 473,4 milhões positivos no trimestre. A reversão foi beneficiada principalmente pelo ganho registrado com o reconhecimento de ativo de compensação inflacionária em discussões judiciais.

A receita líquida da companhia - que faz aço, no Brasil e exterior, tem mineração de ferro, produz cimento e atua em portos, ferrovias e geração de energia - subiu 10,5% no último trimestre de 2017, alcançando 4,99 bilhões, ante o resultado de igual período do ano anterior. No ano, a companhia atingiu R\$ 18,52 bilhões, acréscimo de 8% sobre 2016.

O resultado operacional, medido pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado no quarto trimestre recuou 3,7%, para R\$ 1,2 bilhão, na mesma base de comparação anual. Já o padrão CVM (critério da Comissão de Valores Mobiliários) teve alta de 58,4% e atingiu R\$ 1,55 bilhão, conforme a companhia. No ano, o Ebitda ajustado consolidado da CSN alcançou R\$ 4,64 bilhões, alta de 14%.

O Ebitda do negócio de siderurgia atingiu R\$ 2,116 bilhões, aumento de 12% em relação a 2016. A empresa destaca evolução de cerca de 14% nos preços do aço nos mercados interno e externo e o aumento de produtos laminado, em 15%, em 2017. Além disso, aponta que o Ebitda ajustado do negócio de mineração foi de R\$ 1,95 bilhões, 11% de aumento ante o ano anterior - foi puxado por maior preço médio realizado do minério no ano.

O endividamento líquido da CSN - um dos pontos críticos da empresa - encerrou dezembro em R\$ 26,3 bilhões, alta de 2,1% na comparação com terceiro trimestre. A alavancagem financeira da siderúrgica, presidida por Benjamin Steinbruch, medida pela relação entre dívida líquida sobre Ebitda ajustado fechou o período em 5,66 vezes, contra 5,48 vezes no fim de setembro. Na comparação anual, houve redução de 0,66 pontos percentuais.

As vendas de minério de ferro tiveram queda de 12% no ano, para 32,6 milhões de toneladas. Em aço, registraram ligeira alta, 1%, para 4,92 milhões de toneladas.

MME / ASCOM .